



A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL: CONTEXTO DE ATUAÇÃO

THE TRAINING OF THE TEACHER OF PHYSICAL EDUCATION IN BRAZIL: CONTEXT OF ACTION

Hemelly da Silva Areias¹

e341293

<https://doi.org/10.47820/recima21.v3i4.1293>

PUBLICADO: 04/2022

RESUMO

Esse artigo apresenta uma breve contextualização histórica da formação do professor de Educação Física a partir dos diferentes campos de atuação. Para tanto, o objetivo proposto é mapear o contexto histórico da formação docente para compreensão dos desafios e possibilidades de atuação frente às mudanças contemporâneas. Os procedimentos metodológicos caracterizam-se de natureza qualitativa, com foco no tipo de pesquisa bibliográfica e documental. As considerações e análises finais demonstraram necessidade de promover discussões, a fim de viabilizar a (re)estruturação de conhecimentos alinhados às sistematizações observadas que demonstram um certo retrocesso legislativo quanto ao componente curricular. Por fim, vislumbra-se com essa perspectiva de reflexão, a promoção de debates e ações que apoiem o aperfeiçoamento permanente dos professores de Educação Física na rede pública de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Formação Docente. Contexto histórico. Educação Física

ABSTRACT

This article presents a brief historical contextualization of the formation of the Physical Education teacher from the different fields of activity. Therefore, the proposed objective is to map the historical context of teacher education to understand the challenges and possibilities of acting in the face of contemporary changes. The methodological procedures are characterized by a qualitative nature, focusing on the type of bibliographic and documentary research. The final considerations and analyzes demonstrated the need to promote discussions, in order to enable the (re)structuring of knowledge in line with the observed systematizations that demonstrate a certain legislative setback regarding the curricular component. Finally, with this perspective of reflection, the promotion of debates and actions that support the permanent improvement of Physical Education teachers in the public school system is envisaged.

KEYWORDS: Teacher training. Historical context. Physics education.

INTRODUÇÃO

Ao versar sobre a formação do professor de Educação Física ao longo da história, é possível perceber inúmeras mudanças que vão desde a pré-história até os dias contemporâneos. Na busca de compreender melhor o cenário em questão, vislumbra-se a necessidade de apresentar um retrospecto histórico a partir da formação docente e suas relações com o currículo nos contextos do ensino e aprendizagem.

¹ Doutoranda em Ciências da Educação pela Universidad de la Integración de Lãs Américas (UNIDA). Mestrado em CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO pelo UNIVERSIDAD DE LA INTEGRACIÓN DE LAS AMÉRICAS, Paraguai (2021). Professora de Educação Física do SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E QUALIDADE DO ENSINO, Brasil



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL: CONTEXTO DE ATUAÇÃO
Hemelly da Silva Areias

Assim, na perspectiva de assimilar os rumos tomados, o objetivo deste artigo é mapear o contexto histórico da formação docente para compreensão dos desafios e possibilidades de atuação frente às mudanças contemporâneas. Para tanto, busca-se como objetivos específicos: (i) descrever de forma sucinta a formação docente em Educação Física no Brasil; (ii) identificar os desafios e possibilidades dessa formação ao longo dos anos e; (iii) destacar as mudanças contemporâneas.

Nessa linha de raciocínio, essa pesquisa se justifica nos seguintes campos: (i) científico: ao apresentar estudos, bem como legislações que amparam o contexto formativo ao longo da história; (ii) Pedagógico: por demonstrar os desafios e as possibilidades relacionadas à essa formação no Brasil, nesse prisma, espera-se refletir acerca da práxis pedagógica e; (iii) Acadêmico: campo de grande relevância, pois, o processo formativo é o principal foco, quando se pensa em mudanças educacionais. Logo, esta pesquisa se justifica, pela necessidade de valorizar os contextos de atuação do professor de Educação Física, considerando a formação como fundamental para atendimento das mudanças relacionadas à prática docente. Nessa conjuntura, o problema desta pesquisa se dá a partir da necessidade de atendimento aos novos saberes para o componente curricular, uma vez que, nas atuais dinâmicas curriculares discutidas, percebe-se certa perda de espaço bem como, ausência de compreensão sobre os reais espaços de atuação. Destarte, saber da história, nesse momento, torna-se indispensável.

Diante do exposto, e sabendo que o professor é o principal instrumento de transformação que reflete o processo de ensino-aprendizagem a partir das dinâmicas ofertadas na escola, este estudo, possibilitará uma reflexão acerca da formação inicial e continuada, sendo possível a partir desse momento viabilizar a (re)estruturação de conhecimentos alinhados às sistematizações observadas, a fim de apoiar o aperfeiçoamento permanente dos professores de Educação Física na rede pública estadual de ensino.

1 A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL: CONTEXTO HISTÓRICO, DESAFIOS, POSSIBILIDADES E MUDANÇAS

A base histórica da Educação tem início na Pré-História, quando a partir das perspectivas naturalista, utilitária e guerreira, a motricidade passou a ser explicada, o movimento humano compreendido por meio de engenhos que traziam facilidades a vida e a criação de técnicas de lutas vistas dentro de uma proposta de sobrevivência (MARINHO, 1980).

Diante das evoluções que perpassaram o componente ao longo dos anos, foi possível observar objetivos à Educação Física relacionado às questões militares e quando se trata da qualidade de vida, o higienismo e a eugenia se fizeram presentes, estabelecendo procedimentos, hábitos de saúde, bem como, estudando a herança genética nas qualidades mentais e físicas dos indivíduos.

Nas grandes resistências, o período de escravidão também se fez presente, em que foi possível perceber o corpo físico associado ao trabalho escravo. Seguindo, ao buscar relatos relacionados a práticas regulamentadas a Educação Física, observa-se o “Tratado de Educação Física



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL: CONTEXTO DE ATUAÇÃO
Hemelly da Silva Areias

e Moral dos meninos”, em 1823. Nesse tratado o corpo e a mente eram vistos como algo oposto, ou seja, havia o treinamento do corpo e o da memória.

Essa breve contextualização, demonstra os espaços iniciais ocupados pela Educação Física, situação importante quando se valoriza a história vivida para a construção de novas perspectivas de vida e conhecimento.

No que se refere à formação inicial no Brasil, e buscando sintetizar as informações a partir de uma compreensão mais clara e definida, criou-se o quadro 1 abaixo.

Quadro 1: Contexto histórico dos anos 1800

Ano	Acontecimento
1834	Neste ano, o primeiro brasileiro de um grupo de trinta pessoas ao longo de quase um século foi admitido no Philantropinum ¹ , em sua sede na Alemanha. Em sua grande maioria, os participantes eram meninos e adolescentes que se formavam em Educação Física, no entanto, era considerada como disciplina, podendo ou não optar pelo ensino ao término do curso, vale destacar que não havia formação de professores para atuação no ensino elementar em universidade (p.21).
1851	Reforma de Couto Ferraz - Educação passa ser obrigatória nos municípios da Corte, em que, a ideia da ginástica que se associava ao militarismo não era vista com bons olhos e quanto às meninas havia pais que simplesmente não deixavam suas filhas participarem (p.21).
1876	A expressão “ginástica” predominava na época como disciplina de ensino, portanto o termo Educação Física só aparece por meio do Decreto nº 6.370 de 8 de novembro de 1876 (p.22)
1882	Reforma de Leôncio de Carvalho - Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879. Defendia a inclusão da ginástica nas escolas e a equiparação dos professores de ginástica ao das outras disciplinas. No mesmo período, a Educação Física foi incluída nos currículos dos Estados da Bahia, Ceará, Distrito Federal, Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo, ainda com a titulação de ginástica. (p.22).

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Areias (2021).

A partir das informações acima, pode-se observar que a Educação Física, passa adentrar os espaços de ensino e aprendizagem a partir da ginástica, em que, a compreensão do componente, definido como disciplina na época, restringia-se a questões mínimas, atendendo apenas necessidades específicas, no qual, a formação era vista como algo dispensável para o período e o currículo totalmente limitado e restrito. Ainda nessa perspectiva histórica, apresenta-se no quadro a seguir o contexto formativo dos anos 1900.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR

ISSN 2675-6218

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL: CONTEXTO DE ATUAÇÃO
Hemelly da Silva Areias

Quadro 2: Contexto histórico dos anos 1900

Ano	Acontecimento
1905	A Educação Física passa ter bastante importância quando a lei de 21 de setembro do deputado Jorge de Moraes, representante do estado do Amazonas, voltada para a criação de meios relacionados à formação de professores, é apresentada na Câmara do Rio de Janeiro (p.22).
1906	O Governador do Estado do Amazonas Antônio Constantino Nery baixou o Decreto nº 771, de 5 de abril, criando uma cadeira de Educação Física, anexa à Diretoria Geral da Instrução Pública (p.22).
1910	Temos o primeiro registro acerca do curso provisório de Educação Física e aconteceu no exército (p.22).
1916	A Educação Física foi matéria regulamentada no município do Rio de Janeiro (p.22).
1922	Foi criado no dia 10 de janeiro o Centro Militar de Educação Física, que funcionaria como anexo da Escola de Sargento de Infantaria e tinha como objetivo difundir o novo método de Educação Física militar e desportiva (p.23).
1928	Houve a tentativa de criar uma Escola Profissional que previa a formação de professores de Educação Física nos estabelecimentos de ensino do Distrito Federal (p.23).
1930	Há o registro de muitos cursos superiores em Educação Física, porém não eram regulamentados e se caracterizavam em uma formação voltada para cursos militares (p.24).
1937	Com a elaboração da Constituição, é que se fez a primeira referência explícita à Educação Física em textos constitucionais federais, sendo incluída no currículo como prática educativa obrigatória e não como disciplina curricular (p.24).
1939	Outra escola civil foi criada no Rio de Janeiro, por meio do Decreto de Lei nº 1.212 de 17 de abril (p.24).
1946	Criação da Lei Orgânica do Decreto de Lei n. 8.529/46, assinada por José Linhares, que impunha disciplinas válidas e obrigatórias para o ensino primário em todo território nacional. Conforme texto da lei, a Educação Física foi inserida nos quatro anos de estudo do ensino primário, fazendo parte também do currículo, no que se refere ao ensino primário complementar de um ano (p.24).
1961	Criação das Diretrizes e Bases da Educação Nacional através da Lei n. 4.024/61, essa legislação executava a Educação Física como disciplina obrigatória facultativa a todos os sistemas de ensino até os 18 anos de idade (p.25).
1968	A Lei de nº 5.540 fixava as normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, levando em conta considerações que se incorporavam a Resolução de nº 69/69 do Conselho Federal de Educação (p.25).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL: CONTEXTO DE ATUAÇÃO
Hemelly da Silva Areias

1971	A Educação Física passa a ter uma identidade mais definida em se tratando do contexto escolar a partir do decreto de nº 69.450, de 1º de novembro (p. 26)
------	---

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Areias (2021).

É nítido em todo cenário observado, os desafios vinculados à regulamentação da Educação Física no mercado profissional, em específico, o escolar. A história do componente é marcada por inúmeras situações que, de acordo com Areias (2021, p. 23), “inserem as premissas da formação docente e seus desafios interligados ao histórico de sua implementação no processo de ensino e aprendizagem”.

A importância do componente passa ser visto a partir da criação de meios direcionados a formação docente, assim, sua regulamentação passa estabelecer métodos de ensino, porém, ainda com olhar voltado a práticas militares e desportivas, ou seja, o “ser corpo” não era trabalhado dentro de toda sua complexidade para a formação integral do indivíduo.

De modo geral, pode-se perceber que o olhar voltado à formação foi fator importante para que a Educação Física pudesse ser vista a partir de questões curriculares, e as mudanças ocorridas serviram para graduar professores, fazendo com que houvesse uma perspectiva mais profissional. Somente na década de 70, é possível vislumbrar a Educação Física de forma mais definida no contexto escolar, ou seja, começa-se a ganhar um perfil identitário para o componente. Aqui os reflexos das legislações passam refletir sobre o currículo e a formação docente, estreitando vínculos entre o esporte e nacionalismo, como também, fazendo uso do esporte como propaganda (AREIAS, 2021, p. 26). Ainda sobre essa década a autora diz que, nesse mesmo período, criou-se o modelo piramidal, que se relacionava ao cenário escolar e, no qual, a Educação Física era a base e a escola um local para caça de talentos. A meta era projetar a imagem do país através do talento dos atletas. No entanto, o modelo não teve êxito pois, o país não se tornou uma potência olímpica como se pretendia, logo, esse modelo faliu (AREIAS, 2021, p. 26).

Nessa conjuntura, observa-se um enfoque maior direcionado ao desenvolvimento psicomotor, e então, a escola já não era mais um espaço para a promoção do esporte de alto rendimento. Quanto a isso, Areias (2021, p. 26), afirma que:

[...] a educação de forma geral, sempre acaba reproduzindo os interesses das ideologias dominantes e os educadores constantemente lutam para serem coerentes com essas práticas no processo do ensino, uma vez que, procuram minimizar na aprendizagem os impactos percebidos como fragilidades nas políticas educacionais.

Na fertilização dos debates e discussões acerca desses espaços e atuações, surgem novas tendências para a Educação Física, e então, cursos de pós-graduações são criados, congressos e eventos são realizados, assim como, publicações em livros e revistas são produzidas. Essa proposta coaduna com a aprovação de uma proposta curricular pelo Conselho Federal de Educação por meio



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL: CONTEXTO DE ATUAÇÃO
Hemelly da Silva Areias

da Resolução de nº 03/87. Agora se tem conteúdos mínimos a serem ministrados bem como, a carga horária a ser desenvolvida nos cursos de graduação em Educação Física -Licenciatura e/ou Bacharel.

A duração dos cursos era de quatro anos, distribuídos em seis semestres letivos. Quanto a essa organização, Areias (2021) diz o seguinte:

Dessas 2.880 horas/aula, 80% eram destinadas à formação geral dedicada às disciplinas vinculadas ao conhecimento técnico e, no máximo, 20% para aprofundamento de conhecimentos. O estágio curricular é obrigatório tanto na licenciatura quanto no bacharelado e precisa ser complementado com a apresentação de um trabalho de conclusão (AREIAS, 2021, p. 27).

A formação do professor toma rumos diferentes, logo, começa-se ter a necessidade de ressignificação dessa prática no contexto escolar. Partindo para a década de 80, enfatizam-se situações centrais relacionadas a formação do professor de Educação Física. Nesse viés, elenca-se três grupos de ideias a partir de Verenguer (1996), sendo elas: (i) grupos que defendiam a licenciatura em Educação Física como única opção; (ii) grupos que defendiam o curso de bacharelado em Educação Física, ficando também nesse espaço, aqueles grupos que desejavam a subdivisão do bacharelado em –esporte e lazer-; (iii) é direcionado aqueles que defendem a organização do curso a partir de um objeto de estudo basilar, com vista a formação profissional.

As discussões desse período acabaram trazendo fragmentações ao currículo da formação docente, no qual, a Educação Física era vista em partes distintas e os conhecimentos fracionados. Nesse mesmo espaço, é perceptível a redução do currículo ao mínimo e não ao essencial, situação essa observada a partir de Darido e Rangel (2005), que ressaltou as resistências do período direcionadas a valorização de situações biológicas e o predomínio de conteúdos relacionados a questões esportivas, no qual, ao dissociar as duas situações, compreende-se certa confusão na dicotomia - teoria e prática-, contexto esse muito bem definido na literatura atual que entende ambos como únicos na Educação Física escolar.

Entre as vertentes apresentadas, seguimos para a década de 90, em síntese a esse período chama-se atenção a assinatura de uma lei que deu condições a instituição do Conselho Federal de Educação Física (CONFEF), desdobrando-se nos Conselhos Regionais de Educação Física (CREF) (PUGA *et al.*, 2007).

Nesse período, esperava-se a resolução de muitos problemas identificados na área, principalmente no que diz respeito ao exercício ilegal da profissão, situação vivenciada até os dias atuais. Cabe ressaltar que o conselho deixou muitos profissionais insatisfeitos no período em questão, no qual, rememora-se no contexto contemporâneo as mesmas insatisfações no que tange a defesa do profissional no mercado, em específico ao campo escolar.

No cenário do novo ensino médio, a legislação efetivada deixa inúmeras brechas ao componente curricular, inclusive na redução de carga horária, fragilizando o componente no contexto escolar e diminuindo os espaços de atuação do professor. Se os professores arcam financeiramente com um sistema que os regulariza, no mínimo espera-se que os processos sejam melhorados.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL: CONTEXTO DE ATUAÇÃO
Hemelly da Silva Areias

Avançando um pouco mais na década, é possível vivenciar de forma mais efetivas as mudanças relacionadas a globalização. As tecnologias adentram a sociedade de forma imperativa, em que, já não cabem mais certos formatos de ensino e aprendizagem. Com relação a isso, Areias (2021, p. 29), afirma que, “a simples aquisição de conhecimento já não era suficiente para a formação profissional, pois a formação teria agora que se preparar para que o profissional tivesse a capacidade de utilizar as diferentes tecnologias relativas às áreas de atuação no mercado de trabalho”.

Todavia, a formação do professor perpassa novos caminhos e as Diretrizes Curriculares Nacionais, possibilitam mais flexibilidade e autonomia ao currículo. Outro respaldo legal muito importante para educação brasileira, é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/1996, que inseriu a Educação Física na proposta pedagógica escolar como componente curricular obrigatório. As novas concepções trazidas pelas diretrizes, trouxe superações no que diz respeito ao bacharel e licenciatura em Educação Física, tornando o contexto mais sólido, dentro das incompatibilidades observadas anteriormente.

Essas incompatibilidades nas duas concepções podem ser vistas ao longo das práticas pedagógicas dos docentes que lutam para romper com modelos tradicionais de ensino, principalmente os voltados aos modelos mecanicistas e esportivistas. Quanto a essa superação, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), chegam para direcionar novos métodos de ensino-aprendizagem. Aqui, a aprendizagem não se trata de reprodução e nem de situações mecânicas, mas começam a se alinhar as dimensões do conhecimento - saber sobre e saber fazer -.

Seguindo, tem-se a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. O plano possuía vigência de 10 anos, prevendo melhorias na qualidade de ensino por meio da valorização do professor a partir de políticas que possibilitasse a formação inicial e continuada, melhores condições de trabalho, carreira e salário. No entanto, o que se esperava com esse plano não foi tão bem-sucedido, pois, as ações do governo acabavam por limitar as intervenções necessárias.

Do ponto de vista crítico, é possível aponta-se que o governo nega o direito de aprendizagem quando não disponibiliza as condições necessárias para a atuação do profissional diminuindo as possibilidades de aprendizagem do indivíduo. A sociedade evoluiu e se não se pode ter a sociedade ideal, devemos ao menos desneutralizar a educação que mantém o conhecimento imobilizado, emancipando consciente ou inconscientemente todo ensino é possível (AREIAS, 2021, p. 31).

O Plano é reelaborado, repetindo algumas metas estabelecidas para os anos de 2014 a 2024 por meio da Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. As mudanças continuam acontecendo na educação básica e conseqüentemente na Educação Física, em que, a formação docente passa girar em torno das novas demandas contemporâneas para educação. Assim, surge a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com relação a esse retrospecto histórico de aprovação desse documento norteador da educação básica, apresenta-se o quadro 3 a seguir.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL: CONTEXTO DE ATUAÇÃO
Hemelly da Silva Areias

Quadro 3: Retrospecto Histórico da BNCC

Ano	Acontecimento
2010	Aconteceu a Conferência Nacional de Educação, no qual, professores, especialistas e demais profissionais da educação demonstraram a necessidade da Base Nacional Comum no PNE.
2012	Aconteceram os primeiros estudos por meio da Secretaria de Educação Básica do Mec.
2014	O Plano Nacional de Educação definia a Base como estratégia para o cumprimento das metas 1, 2, 3 e 7.
2015	A portaria nº 592 do MEC institui o grupo de redatores responsáveis pela primeira versão do documento. Em setembro de 2015, a primeira versão foi lançada por meio do Mec, que publica o texto inicial. Outubro de 2015, a primeira versão é aberta para consulta pública online, tendo mais de 12 milhões de contribuições da sociedade civil, organizações e entidades científicas.
2016	Ocorre o lançamento da segunda versão e nos meses de junho e agosto do mesmo ano essa versão é produzida a partir das sugestões da consulta pública é discutida em seminários estaduais por professores e gestores, em setembro do mesmo ano, o Conselho Nacional de Secretários da Educação (CONSED) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) entregam ao Mec um relatório das contribuições coletadas nos seminários, a partir de então o Mec inicia a redação da terceira versão.
2017	O MEC entrega a terceira e última versão da BNCC para apreciação do CNE que realiza cinco audiências públicas em cada região do país para ouvir a sociedade sobre o texto. A BNCC teve sua publicação aprovada para o Educação Infantil e Ensino Fundamental em 2017, conforme Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017.
2018	A proposta para o Ensino Médio foi aprovada posteriormente por meio da Resolução nº 4, de 17 de dezembro de 2018.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Areias (2021, p. 32-33) e MEC (2018).

Com a aprovação da BNCC, observa-se a promoção de reflexões e debates nas diversas áreas de conhecimento e campos de atuação. Aqui, há uma inquietude por parte das Instituições de Ensino Superior (IES), haja vista, que agora escancara-se a necessidade de repensar os currículos acadêmicos para atendimentos das demandas que emergem da educação básica. No tocante à Educação Física, o componente alinha-se às práticas corporais - brincadeiras e jogos, esportes, danças, lutas, ginásticas e práticas corporais de aventura-, no qual, a prática bem como, o conhecimento científico, se dá a partir de competências e habilidades.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL: CONTEXTO DE ATUAÇÃO
Hemelly da Silva Areias

Nesse espaço de discussão e reflexão, não poderia faltar a aprovação da Lei do Novo Ensino Médio nº 13.415/17. Essa lei trouxe alterações a LDB, principalmente ao que se refere ao componente curricular Educação Física, agora abordado como “estudos e práticas”. De forma clara, no artigo 26, parágrafo § 3º da LDB, têm-se a seguinte redação: “A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos”.

No que se refere às alterações realizadas por meio da lei nº 13.415/17, no artigo 35-A, parágrafo § 2º a redação fica assim: “A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia”. Quanto a isso, Areias (2021, p. 36), diz o seguinte:

Percebemos que dentro desse novo cenário educacional, no que se refere ao Ensino Médio, a Educação Física perde espaço, visto que sua existência adota uma metodologia que se integra a projetos, oficinas e demais atividades curriculares articuladas a outros componentes, sendo assim o currículo se distancia da esfera que compete às especificidades da área e da formação inicial do professor. Neste cenário nos vemos retornando à década de 60, quando a legislação inseria a Educação Física como obrigatória, porém, deixava o estado livre para aceitação e construção do currículo não tendo controle sobre o que era ou não contemplado e ministrado nas instituições de ensino.

De modo geral, é possível perceber um retorno às décadas anteriores, quando não se observava a importância da Educação Física para uma proposta de ensino integral. Suas fragmentações eram escancaradas, uma vez que, a vivência se limita a prática de ginástica, tampouco, esse novo cenário deixa lacunas abertas para retorno de caminhos que desejávamos ter ultrapassado a décadas.

A formação inicial e continuada passa ser olhada a partir de contextos diferentes, devendo estar alinhada integralmente às reformas curriculares, porém, às maleabilidades acabam por tirar certas autonomias das academias e dos docentes, e as discussões na área tornam-se incessantes.

Aqui a dúvida se volta acerca do que fazer e como fazer com que o currículo seja atendido diante de tantos gargalos educacionais, pois, estar em campo vivenciando as dificuldades existentes acaba sendo um desafio diante dos domínios científicos que preveem um percurso simples, acessível e estruturado.

No final, as abordagens esperadas da formação docente prognosticam situações práticas dos princípios científicos, a fim de presidir questões contemporâneas que atendam os novos formatos de ensinar e aprender.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para essas considerações finais será proposto uma contação de história para contextualizar de forma dinâmica às situações observadas, afinal de contas, pensar acerca do contexto histórico da Educação Física na educação é de fato viajar no tempo.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL: CONTEXTO DE ATUAÇÃO
Hemelly da Silva Areias

Observar o quanto evoluímos e o tanto que estamos retrocedendo é assustador. Depois de tanto desenhar os espaços de atuação, ao qual teve início na pré-história, partindo para o desligamento das práticas militares, deixando para trás a escravidão, observamos por fim, uma luz no fim do túnel e então, adentramos aos textos da constituição em 1937, em que, pela primeira vez, estávamos ali de maneira explícita em textos constitucionais federais, sendo pensados como currículo, já que o assunto é educação.

Essa proposta incluía a Educação Física como prática educativa obrigatória e não curricular, mas tudo bem, ganhamos um espaço significativo na educação brasileira. Os cenários de luta continuam e o professor também passa a ser visto, precisando então de formações na área para atuar como tal. Não se estendendo, partimos para a LDB, pois, além de regulamentar a educação no Brasil, também trouxe um olhar atento à Educação Física escolar que agora passa ser componente curricular obrigatório na educação básica.

Os anos se passaram e novamente nos vemos retroceder na história, ou seja, aquele componente que por tempos lutou para ser visto desta forma, passa a ser estudos e práticas, algo parece similar?

Aqui expõe-se uma reflexão acerca das discussões, das lutas e dos caminhos que pretendemos percorrer para a construção de uma educação de qualidade e conseqüentemente uma sociedade melhor, ademais, pode-se ter uma educação integral sem valorizar o corpo integralmente? Temos como ter uma sociedade saudável e ativa se não trabalharmos isso na educação básica? As discussões se aprofundam dentro das dimensões do conhecimento, e vislumbram a formação como caminho chave no processo de evolução, sabendo que superar as crises identitárias do componente continua sendo preciso, pois, Educação Física não é só esporte como muitos pensam, tampouco, somente ginástica!

REFERÊNCIAS

AREIAS, H. da S. A formação do professor de educação física no Amazonas e o uso das tecnologias. **Scientia Generalis**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 63–72, 2022. Disponível em: <http://scientiageneralis.com.br/index.php/SG/article/view/380>. Acesso em: 18 mar. 2022.

AREIAS, H. da S. Educação física no novo ensino médio: revisão literária sistemática sobre a Base Nacional Comum Curricular - BNCC. **Scientia Generalis**, [S. l.], v. 2, n. 1, 2021. Disponível em: <http://scientiageneralis.com.br/index.php/SG/article/view/139>. Acesso em: 18 mar. 2022.

AREIAS, Hemelly da Silva. **Formação Continuada dos Professores de Educação Física e o Uso das Tecnologias: Desafios e Possibilidades na Secretaria de Estado de Educação e Desporto do Amazonas - Brasil - 2017 a 2019**. 2021. 154 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência da Educação Universidad de La Integración de Las Américas, 2021.

BRASIL. **Decreto de Lei nº 6.370, de 8 de novembro de 1876**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-6370-8-novembro1876-549695-norma-pe.html>. Acesso em: jul. 2019.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL: CONTEXTO DE ATUAÇÃO
Hemelly da Silva Areias

BRASIL. **Decreto de Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946 - Lei Orgânica do Ensino Primário.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: jul. 2019.

BRASIL. **Decreto de nº 69.450, de 1º de novembro de 1971.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decree/1970-1979/decreto-69450-1-novembro1971-418208-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: jan. 2019.

BRASIL. **Legislação Informatizada - Decreto de Lei nº 1.212, de 17 de abril de 1939 - Publicação Original.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1212-17-abril1939-349332-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: jan. 2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação fixada através da Lei nº 4.024, de 20 de Dezembro de 1961.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: jan. 2019.

BRASIL. **Lei de nº 4.448 de 28 de março de 2017.** Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia//asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57632003/do1e-2018-12-31-portaria-n-4-448-de-31-de-dezembro-de-2018-57631761.

BRASIL. **Lei nº 010172 de 09 de janeiro de 2001.** Brasília: Ministério da Educação, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>. Acesso em: fev, 2019.

BRASIL. **LEI Nº 13.415, DE 16 de fevereiro de 2017.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: ago. 2018.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 4.817, de 17 de abril de 2019.** Assegura a Educação Física como componente Curricular obrigatório. Manaus: Diário Oficial do Estado do Amazonas, 2019.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º grau, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: jul. 2019.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Educação Física. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação PNE.** Brasília: Inep, 2001. Disponível em: http://pde.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=122:tecnologias-dainformacao-cicloavanco&catid=27:educa-superior. Acesso em: ago. 2018.

BRASIL. **Portaria de nº 727, de 13 de junho de 2017.** Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2017-pdf/74121-portaria727-2017-emitpdf/file>.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017.** Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf. Acesso em: 10 dez. 2019.

BRASIL. **Resolução nº 03, de 16 de Junho de 1987.** Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados nos cursos de graduação em Educação Física (Bacharelado e/ou Licenciatura Plena). Brasília: CFE, 1987.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL: CONTEXTO DE ATUAÇÃO
 Hemelly da Silva Areias

BRASIL. **Resolução Nº 4, de 17 de dezembro de 2018.** Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/104101-rcp004-18/file>. Acesso em: 10 dez. 2019.

BRASIL. **Resolução nº 69/69, de 06 de novembro de 1969.** Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados na organização. Brasília: CFE, 1969.

BRASIL. SEMTEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** ensino médio. Brasília: Mec/Semtec, 2002a.

BRASIL. SEMTEC. **PCN+ ensino médio:** orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Volume Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: MEC/SEMTEC, 2002b.

BRASIL/SEMTEC. **Linguagens, códigos e suas tecnologias.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Brasília: Mec/Semtec, 2006. (Orientações curriculares para o ensino médio; volume 1).

DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. **Educação física na escola:** implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2005.

MARINHO, I. P. **História Geral da Educação Física.** São Paulo: Cia. Brasil, 1980.

PUGA, Barbosa Rita; BATALHA, Josilma; AMARAL, Sheyla Moura do. **Tópicos da História da Educação Física do Amazonas:** Personalidades, Formação, Produção Científica, Esportes, Gestão e Eventos. Manaus: Editora Valer, 2007.

VERENGUER, Rita de Cássia Garcia. **Preparação profissional em Educação Física:** das leis à implementação dos currículos. Campinas, SP: [s. n.], 1996.